

Processo nº 059/2024
Procedimento nº 034/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2024

O **MUNICÍPIO DE PATOS DO PIAUÍ - PI**, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2024**, do tipo **MENOR PREÇO**, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021 de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

DADOS DO CERTAME	
Órgão Solicitante: MUNICÍPIO DE PATOS DO PIAUÍ – PI	
Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços perfuração de poços para o município de Patos do Piauí – PI	
Esclarecimentos: Até 01/07/2024 às 14:00 Horas para o endereço cplpatospi@gmail.com	
Impugnações: Até 01/07/2024 às 14:00 Horas para o licitacaopatospi2021@gmail.com	
Início da Sessão Eletrônica: 04/07/2024 às 14:01 Horas	
Sistema Eletrônico Utilizado: PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	
Endereço Eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br	
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE PATOS DO PIAUÍ – PI.	
Endereço para retirada do Edital: www.portaldecompraspublicas.com.br e sistemas.tce.pi.gov.br/licitacoesweb	
VALOR ESTIMADO, MÁXIMO, DE REFERÊNCIA OU SIGILOSO	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Total: <input checked="" type="checkbox"/> Estimado <input type="checkbox"/> Máximo <input type="checkbox"/> Referência <input type="checkbox"/> Orçamento Sigiloso.
NATUREZA DO OBJETO:	<input checked="" type="checkbox"/> AQUISIÇÃO <input type="checkbox"/> SERVIÇO <input type="checkbox"/> OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
PARTICIPAÇÃO – MEI / ME / EPP	<input type="checkbox"/> Licitação Exclusiva para ME/EPP – Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/06 <input type="checkbox"/> Licitação com itens/lotes exclusivos para ME/EPP e Ampla Participação – Art. 48, III da Lei Complementar nº 123/06 <input checked="" type="checkbox"/> Licitação de Ampla Participação.
Prazo para envio da proposta/documentação: 04/07/2024 às 14:00 Horas	
INFORMAÇÕES	

Pregoeiro: Vinicius Carvalho de Lima	e-mail: cplpatospi@gmail.com
Endereço: Rua Joaquim Vicente Santana, s/n, Centro, Patos do Piauí, Estado do Piauí.	
Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.	
OBS N° 01: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.	
OBS N° 02. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no mural do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e vincularão os participantes e a administração.	

PARTE ESPECÍFICA	
As seguintes Definições da Parte Específica deverão complementar, suplementar ou modificar as informações constantes na Parte Geral. Havendo divergência entre as informações constantes na Parte Geral e as Definições da Parte Específica prevalecerão as últimas.	
Número do Item da Parte Geral.	Definições da Parte Específica.
FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	<input checked="" type="checkbox"/> POR GRUPO <input type="checkbox"/> POR ITEM <input type="checkbox"/> POR GRUPO, para o(s) grupos: _____ e POR ITEM, para os itens: _____, observadas as condições definidas neste Edital e anexos. <input type="checkbox"/> GLOBAL
CRITÉRIO DE JULGAMENTO E INTERVALO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES	<input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO: Intervalo de R\$ 0,01 <input type="checkbox"/> MAIOR DESCONTO: Intervalo de %
CONSÓRCIO	<input type="checkbox"/> Poderão participar empresas em consórcio, observadas as normas constantes no item 7.8 e seus subitens da Parte Geral deste Edital. <input checked="" type="checkbox"/> Não poderão participar desta licitação consorcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação a participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive

	empresas de pequeno e médio porte que em sua maioria apresentam o mínimo exigido no tocante a qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando em qualquer limitação quanto a competitividade.
VALIDADE DA PROPOSTA	A proposta comercial terá validade mínima de 120 (cento e vinte) dias , a contar da data da abertura da sessão pública.
MODO DE DISPUTA	<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO <input type="checkbox"/> ABERTO E FECHADO
DEMAIS DOCUMENTOS EXIGIDOS NA PROPOSTA	A prestação de serviço do objeto desta licitação deverá ser no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da ordem de fornecimento.
CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<input checked="" type="checkbox"/> Comprovante, na forma da lei, de registro ou arquivamento na Junta Comercial ou no Cartório competente, conforme o caso, do: <input type="checkbox"/> patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente, caso a licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente. <input type="checkbox"/> capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente, caso a licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente. <input type="checkbox"/> patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente. <input checked="" type="checkbox"/> capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente. <input type="checkbox"/> Não haverá exigência quanto à comprovação de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.
OUTROS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Certidão Negativa de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. - Prova de regularidade perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS. - Certidão negativa de inidoneidade emitida pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI. - Certidão negativa de inidoneidade emitida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS:	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM – Prazo para entrega da amostra: ____ dias úteis, a contar da convocação, conforme item ____ do Termo de Referência.
VISITA TÉCNICA:	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, na forma do item ____ do Termo de Referência.
ANEXOS	Integram este Edital, e dele fazem parte, além dos Anexos mencionados na Parte Geral deste edital, os seguintes documentos:
OBSERVAÇÕES	-

PARTE GERAL

SEÇÃO I - DO OBJETO

1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição do objeto descrito no campo **DADOS DO CERTAME** deste Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.

1.1. Havendo divergência entre as especificações deste objeto descritas no Portal de Compras Públicas e as especificações constantes deste Edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estas a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.

2. A Parte Específica determinará a forma de apresentação das propostas, que poderá ser da seguinte forma:

2.1. MENOR PREÇO POR GRUPO (grupo de itens): Para esta forma de apresentação das propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2.2. MENOR PREÇO POR ITEM: Para esta forma de apresentação de propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.3. MENOR PREÇO POR GRUPO e POR ITEM: Para esta forma de apresentação de propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos e itens forem de seu interesse. Em se tratando de GRUPO, o licitante deverá oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2.4. MENOR PREÇO GLOBAL.

3. A Parte Específica determinará o critério de julgamento empregado na seleção da proposta mais vantajosa para a administração, que poderão ser menor preço ou maior desconto.

3.1. A Parte Específica também determinará o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

SEÇÃO II - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4. No campo DADOS DO CERTAME deste Edital e no Anexo I – Termo de Referência – constam o valor total da contratação.

4.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente processo licitatório correrão à conta de recursos consignados no orçamento municipal: FPM / ICMS /

RECURSOS PRÓPRIOS / EMENDA FEDERAL DE CUSTEIO para o exercício financeiro de 2024.

SEÇÃO III - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5. Poderão participar deste Pregão as interessadas estabelecidas no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão, previamente credenciadas no Portal de Compras Públicas - e no sítio <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

5.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

5.2. licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4. Informações complementares sobre o credenciamento poderão ser obtidas pelo email: falecom@portaldecompraspublicas.com.br, ou através do sítio: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7. Não poderão participar deste Pregão:

7.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

- 7.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 7.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 7.4. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- 7.4.1. Nos casos em que o empresário esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, poderá participar desde que apresente o plano de recuperação homologado em juízo.
- 7.5. quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
- 7.5.1. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- 7.6. sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 7.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 7.8. Caso a **Parte Específica** deste Edital permita a participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas:
- 7.8.1. Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa-líder que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será representante das consorciadas perante a Administração;
- 7.8.2. Cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório;

7.8.3. A capacidade técnica do consórcio será representada pela soma da capacidade técnica das empresas consorciadas;

7.8.4. Para fins de qualificação econômico-financeira, cada uma das empresas deverá atender aos índices contábeis definidos no edital e quanto ao capital social exigido, deverá ser comprovado pelo somatório dos capitais das empresas consorciadas, na proporção de sua respectiva participação.

7.8.5. O capital do consórcio será calculado da seguinte forma:

- a) Cada percentual de participação será multiplicado pelo capital social mínimo;
- b) Os resultados assim obtidos serão comparados com os respectivos capitais de cada um dos membros do consórcio, que deverão, individualmente, comprovar capital maior ou igual ao valor obtido no subitem 7.8.4.

7.8.6. As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

7.8.7. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

7.8.8. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, a empresa brasileira, observado o disposto no item 7.8.1;

7.8.9. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida à constituição e o registro do consórcio.

SEÇÃO IV - DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, **sob pena de não aceitação**, dos seguintes campos: Valor unitário e total do item; Marca; Modelo; Descrição detalhada do objeto, contendo as informações de prazo de entrega do bem/serviço licitado, obrigando-se o proponente, nesse caso, a entregar o produto de acordo com as exigências do Edital.

8.1. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor com no máximo 2 (duas) casas decimais após a vírgula ou percentual de desconto, já

considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, na forma definida na Parte Específica deste Edital.

8.2. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

8.3. A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

8.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação ou à conformidade da proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

8.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.9 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

9. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

9.1. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

9.2. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente encaminhados.

10. As propostas terão validade de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida neste Edital, salvo disposição em contrário na Parte Específica do Edital.

10.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

11. A entrega da proposta e dos documentos de habilitação, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

12. Objetivando agilizar a formalização do contrato, o proponente deverá informar na proposta ajustada enviada após a fase de lances, o nome do representante que assinará o contrato, bem como o n° do seu RG e CPF, sendo que no ato da assinatura, deverá ser apresentada fotocópia autenticada de documento hábil que comprove sua legitimidade.

SEÇÃO V - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

13.1. Os fornecedores deverão permanecer logados e aguardando o início dos trabalhos por até meia hora (30 trinta minutos) além do horário estipulado para início da sessão. Após esse prazo não havendo início da sessão a mesma deverá ser remarcada com ampla divulgação.

13.2. Aberta a sessão pública virtual do certame, as propostas de preços serão irretratáveis, não se admitindo retificações ou alterações nos preços ou nas condições estabelecidas, salvo quanto aos lances ofertados, na fase própria do certame.

13.3. Após a abertura da sessão pública virtual não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

13.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

14. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

15. Cabe à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

15.1. É obrigação do licitante o retorno aos trabalhos na hora e data designadas após a suspensão da sessão. A suspensão da sessão, data e hora de retorno serão comunicadas a todos através do Chat e quando possível também será realizada a suspensão da sessão via sistema.

SEÇÃO VI - DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

16. O **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

16.1. O Pregoeiro deverá suspender a sessão pública do Pregão quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, de que trata o art. 28 do Decreto n.º 10.024/2019, irá perdurar por mais de um dia.

16.1.1. Após a suspensão da sessão pública, o Pregoeiro enviará, via chat, mensagens às licitantes informando a data e o horário previstos para o início da oferta de lances.

17. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

17.1. O Pregoeiro não poderá desclassificar propostas em razão da oferta de valores acima do preço inicialmente orçado pela Administração na etapa anterior à formulação de lances (Acórdão TCU n.º 934/2007- 1.ª Câmara).

SEÇÃO VII - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

18. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

18.1. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

19. A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertado e registrado no sistema. e conforme as regras estabelecidas no edital sobre lances de valores ou de desconto, bem como os intervalos mínimos de diferença.

20. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

21. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

22. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

22.1. Na fase competitiva, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances de licitantes diferentes não poderá ser inferior a 3 (três) segundos (IN nº 3/2013-SLTI/MP).

23. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

24. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

25. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do **Pregão** será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

26. A Parte Específica definirá o modo de disputa, que poderá ser:

26.1. Modo de Disputa Aberto:

26.1.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico quando o modo de disputa for “aberto”, apresentação de lances públicos e sucessivos pelos licitantes, com prorrogações.

26.1.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

26.1.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

26.1.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

26.1.5. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

26.2. Modo de Disputa Aberto e Fechado:

26.2.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

26.2.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

26.2.3. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

26.2.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de

três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

26.2.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

26.2.6. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

26.2.7. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

27. O intervalo de diferença entre os lances será definido na Parte Específica.

SEÇÃO VIII - DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

28. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

28.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;

28.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

28.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta

condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

28.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da 14.133/2021 06;

28.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais **licitantes**.

SEÇÃO IX - DA NEGOCIAÇÃO

29. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento, o valor estimado para a contratação e as demais condições estabelecidas neste Edital.

29.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

SEÇÃO X – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

30. A **licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar** deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, em arquivo único, no prazo **indicado no tópico “DADOS DO CERTAME”**, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema Portal de Compras Públicas. Não será permitido o encaminhamento por e-mail, exceto se **expressamente** determinado pelo Pregoeiro.

30.1. A Proposta de Preços deverá ser enviada devidamente preenchida, em um único arquivo, para leitura, preferencialmente, em programas de informática comuns, tais como, “Word”, “Excel”, “Adobe Reader” ou “BROffice”, podendo ainda ser compactado a critério do licitante.

30.2. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

30.3. Os originais ou cópias autenticadas, **caso sejam solicitados**, deverão ser encaminhados: Município de Patos do Piauí – PI, situada à Rua Porfíria Maria de Sousa, nº 21, Centro.

30.4. Demais documentos e/ou exigências estarão dispostos na Parte Específica deste Edital.

31. A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

32. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

32.1. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

32.1.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

32.2. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Órgão Requisitante ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

32.2.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

32.3. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, em prazo indicado no Chat, sob pena de não aceitação da proposta.

32.3.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

32.3.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

32.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

32.5. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

SEÇÃO XI - DA HABILITAÇÃO

33. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

33.1. PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS;

33.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

33.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

33.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

33.3.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

33.3.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

33.3.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

33.3.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

34. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

34.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICA até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

34.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICA para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

34.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

34.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de designado no campo “DADOS DO CERTAME”, sob pena de inabilitação.

35. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

35.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados para o Município de Patos do Piauí – PI, situada à Rua Joaquim Vicente Santana, s/n, Centro, CEP: 64.580-000.

36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

37. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

37.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

38. Ressalvado o disposto no item 8.5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

39. Habilitação jurídica:

39.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, juntamente com documento de identificação do Empresário;

39.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

39.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

39.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

39.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

39.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

39.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

39.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

39.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

39.10. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

39.11. Certidão Simplificada e Específica, expedida pela respectiva Junta Comercial, com data de expedição não superior a 30 (trinta) dias da realização do Pregão.

39.12. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI, este estará dispensado de apresentar o exigido no item 39.11.

39.13. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

40. Regularidade fiscal e trabalhista:

40.1. Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, atualizada, ou seja, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, de antecedência da data de abertura das Propostas;

40.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

40.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), acompanhado do histórico do empregador, com a finalidade de análise da empresa com suas obrigações sociais referente aos empregados dessa empresa;

40.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e Certidão Negativa de Débitos do Ministério do Trabalho, nos termos da Portaria MTE 1.421, de 12 de setembro de 2014;

40.5. prova de inscrição no cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;

40.6. prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, emitida até 30 (trinta) dias antes da data de entrega dos envelopes, quando não vier expresso o prazo de validade, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos e da Dívida Ativa;

40.7. prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, emitida até 30 (trinta) dias antes da data de entrega dos envelopes, quando

não vier expresso o prazo de validade, mediante a Certidão Negativa de Débitos Municipais relativos a Certidão Negativa de Débitos Municipais e a Dívida Ativa relativo ao ISS/TLF.

40.8. quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

41. Qualificação Econômico-Financeira:

41.1. certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não excedente a 30 (trinta) dias de antecedência da data de apresentação da documentação de habilitação, quando não estiver expresso o prazo de validade.

41.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi homologado judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

41.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Tais documentos terão que estar devidamente autenticado e registrado na Junta Comercial do Respectivo Estado, devidamente acompanhado da Declaração de Habilitação Profissional – DHP, que comprova a regularidade do Contabilista nos termos do art. 28, da Resolução CFC nº 1363/11. Vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

41.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço de abertura acompanhado da Declaração de Habilitação Profissional – DHP e o Certificado de Regularidade do Contabilista da Licitante;

41.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

41.2.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

41.2.4. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis o Certificado de Regularidade do Contabilista da Licitante, com finalidade específica para editais de licitação, expedido pelo Conselho Regional de Contabilidade e ou emitido pelo site oficial, em validade.

41.3. O balanço patrimonial disponível no Portal de Compras Públicas ou enviado no lançamento da proposta, deverá comprovar:

41.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1, e Grau de Endividamento Geral (GEG) e Grau de Endividamento Corrente (GEC) iguais ou inferiores a 0,5;

41.3.1.1. Para facilitar a análise boa situação Econômica e Financeira da Empresa em poder contratar com a Administração, solicitamos que a empresa apresente memória de cálculo, devidamente assinado por um Profissional da Contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, aplicando fórmulas dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), Liquidez Corrente (LC), Grau de Endividamento Geral (GEG) e Grau de endividamento Corrente (GEC) extraídos do último balanço.

41.3.2. A Parte Específica discriminará a exigência ou não de Patrimônio Líquido ou Capital Social;

42. Qualificação Técnica:

42.1 Pelo menos um atestado de Capacidade Técnica da Licitante, emitido por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove, de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação. Tratando-se de Atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado, a empresa deverá apresentar atestado com reconhecimento de firma.

É indispensável que o atestado de capacidade técnica apresente informações tangíveis, ficando vedada a apresentada com informações genéricas, tais como: ter fornecido os materiais/produtos/serviços a contendo. Essa exigência é necessária para que, na ocasião da análise do documento, o julgador da proposta possa aferir efetivamente as condições de fornecimento eficiente da empresa para a execução do objeto de maneira satisfatória.

43. Outras Comprovações:

43.1. Certidão Negativa de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça– CNJ.

43.2. Prova de regularidade perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

43.3. Certidão negativa de inidoneidade e de débitos emitida pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE-PI e da Sede da empresa caso Matriz seja em outro Estado.

43.4. Certidão negativa de inidoneidade emitida pelo Tribunal de Contas da União – TCU, em nome da empresa licitante, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

43.5. Alvará de funcionamento da empresa, expedido pelo órgão competente da sede do licitante, em validade.

43.6. Prova de regularidade perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS.

43.7. Certidões Negativas referentes a punições vigentes contidas no sistema da Controladoria Geral da União - CGU.

43.8. Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme exigência do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal,

44. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

45. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

46. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

47. Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

48. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

49. A licitante provisoriamente vencedora em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

49.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação da licitante nos remanescentes.

50. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

SEÇÃO XII - DA AMOSTRA

51. A exigência de amostra será aquela discriminada na **Parte Específica** deste Edital.

SEÇÃO XIII - DA VISITA TÉCNICA

52. A exigência de visita técnica será discriminada na **Parte Específica** deste Edital.

52.1. O atestado de vistoria, caso exigido, poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

SEÇÃO XIV - DO RECURSO

53. Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 minutos, durante o qual qualquer **licitante** poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

53.1. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à **licitante vencedora**.

53.2. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

53.3. A **licitante** que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 (três) dias úteis**, ficando as demais **licitantes**, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

54. Para efeito do disposto no § 5.º do artigo 109 da Lei n.º 14.133/2021, fica à vista dos autos do processo administrativo em epígrafe, franqueada aos interessados.

55. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

56. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SEÇÃO XV - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

57. A sessão pública poderá ser reaberta:

57.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

57.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

57.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

57.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

57.5. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

SEÇÃO XVI - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

58. O objeto deste **Pregão** será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

59. A homologação deste **Pregão** compete a Autoridade Competente do Órgão Requisitante.

60. A licitante vencedora do item/grupo deverá providenciar o seu cadastramento junto ao Setor de Cadastro da Central Permanente de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da Adjudicação, objetivando-se agilizar os procedimentos de Contratação/Emissão de Nota de Empenho.

SEÇÃO XVII - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

61. Depois de homologado o presente certame, o **fornecedor beneficiário** será convocado para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

61.1. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pelo **fornecedor registrado** em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

62. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo **fornecedor registrado** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão Contratante.

63. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e de outros meios se a **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.

SEÇÃO XVIII - DAS SANÇÕES

64. A **licitante** será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com o Município de Patos do Piauí - PI e será descredenciado no cadastro de fornecedores da Prefeitura, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

64.1. Cometer fraude fiscal;

64.2. Apresentar documento falso;

64.3. Fizer declaração falsa;

64.4. Comportar-se de modo inidôneo;

64.5. Não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;

64.6. Não assinar o contrato no prazo estabelecido;

64.7. Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

64.8. Não manter a proposta.

65. Para os fins da Subcondição 80.4, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97, da Lei n.º 8.666/93 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

SEÇÃO XIX - DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

66. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico **indicado no tópico “DADOS DO CERTAME”**, até as 13 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

67. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

68. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico **indicado no tópico “DADOS DO CERTAME”**, até as 12 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

69. Para a resposta dos esclarecimentos e o julgamento das impugnações o Pregoeiro será auxiliado pelo setor técnico competente.

70. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

70.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

71. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no mural do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e no site da CPL e vincularão os participantes e a Administração.

SEÇÃO XX - DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

72. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, Anexo I, do presente Edital.

SEÇÃO XXI - DAS OBRIGAÇÕES

73. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I, do presente Edital.

SEÇÃO XXII - DO PAGAMENTO

74. As condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência, Anexo I, do presente Edital.

SEÇÃO XXIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

75. A Autoridade Competente do Órgão Requisitante compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

75.1. A anulação do **Pregão** induz à do contrato.

75.2. As **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

76. É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

77. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua

validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

77.1. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste **Pregão**.

78. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

79. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.

80. Nos casos de divergência ou dúvida entre o texto do TERMO DE REFERÊNCIA e o texto do Edital, prevalecerá, no julgamento objetivo das propostas e documentos, o texto do Edital.

81. Este **Pregão** poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do CPL, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei n.º 14.133/2021 .

82. Este Edital será fornecido a qualquer interessado, através dos sítios www.portaldecompraspublicas.com.br e <https://sistemas.tce.pi.gov.br/licitacoesweb/>.

83. Os licitantes ficam informados sobre os termos da **Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção)**, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, **ao constante no art. 5.º, inciso IV**, correspondente aos procedimentos licitatórios, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.

84. Em se tratando de certame que seja para aquisição de bens de natureza divisível, que possua cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte:

84.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

84.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

84.3. Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, o instrumento convocatório deverá prever a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

SEÇÃO XXIV - DOS ANEXOS

85. Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes Anexos, além de outros porventura mencionados na **Parte Específica** deste Edital:

85.1. Anexo I - Termo de Referência;

85.2. Anexo II - Minuta do Contrato;

SEÇÃO XXV - DO FORO

86. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Jaicós, Estado do Piauí, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Patos do Piauí - PI, 31 de maio de 2024

Vinicius Carvalho de Lima
Presidente da CPL



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DO PIAUÍ
CNPJ: 41.522.285/0001-08
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
cplpatospi@gmail.com

Francisco Sergio Leite dos Reis
Membro da CPL

Hélio de Araújo Silva
Membro da CPL

MENSAGEM

RECOMENDAMOS AOS INTERESSADOS QUE FAÇAM O
CADASTRAMENTO DE SUAS EMPRESAS NO SISTEMA, NO ENDEREÇO
ABAIXO, PARA RECEBEREM INFORMAÇÕES E ACOMPANHAREM O
DESENVOLVIMENTO DESTA LICITAÇÃO.

www.portaldecompraspublicas.com.br

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

Contratação de empresa para execução dos serviços perfuração de poços para o município de Patos do Piauí – PI

2. JUSTIFICATIVA:

A contratação de uma empresa especializada para a execução dos serviços de perfuração de poços no município de Patos do Piauí – PI é justificada por diversos fatores que asseguram a eficiência, a qualidade e a sustentabilidade no acesso à água, beneficiando tanto a administração pública quanto a população local.

Primeiramente, a garantia de qualidade e especialização é fundamental. A perfuração de poços é uma atividade técnica e complexa que exige conhecimento especializado e equipamentos adequados. A contratação de uma empresa especializada garante que o trabalho seja realizado por profissionais capacitados, utilizando técnicas e equipamentos de ponta, assegurando a qualidade e a durabilidade dos poços perfurados.

Além disso, a eficiência e rapidez são cruciais. Empresas especializadas possuem a experiência e os recursos necessários para executar a perfuração de poços de maneira eficiente e rápida. Isso é essencial para atender às necessidades urgentes de abastecimento de água, especialmente em regiões que sofrem com a escassez hídrica. A agilidade na execução dos serviços minimiza o tempo de espera da população por água potável.

Outro ponto relevante é a conformidade com normas e regulamentações. A perfuração de poços deve seguir rigorosas normas técnicas e ambientais para garantir a segurança e a sustentabilidade do recurso hídrico. Empresas especializadas estão familiarizadas com essas regulamentações e garantem que todos os procedimentos sejam realizados em conformidade com as exigências legais, evitando danos ambientais e garantindo a potabilidade da água.

A sustentabilidade e a gestão de recursos hídricos também são fatores importantes. A contratação de uma empresa especializada assegura que a perfuração dos poços seja feita de maneira sustentável, com estudos de viabilidade e impacto ambiental. Isso é fundamental para evitar a superexploração dos aquíferos e garantir que os recursos hídricos sejam utilizados de forma responsável, beneficiando as futuras gerações.

A economia de recursos é outra vantagem significativa. Embora a contratação de uma empresa especializada possa representar um investimento inicial significativo, a eficiência e a qualidade do serviço prestado resultam em economia a longo prazo.

Poços perfurados corretamente têm maior durabilidade e menor necessidade de manutenção, reduzindo os custos futuros para a administração municipal.

Acesso contínuo e confiável à água é essencial para a qualidade de vida da população. A perfuração de poços é fundamental para garantir o abastecimento contínuo e confiável de água, especialmente em áreas rurais e regiões que não são atendidas pela rede pública de abastecimento. A disponibilidade de água potável é fundamental para a saúde pública, a agricultura e o desenvolvimento econômico local.

Delegar a perfuração de poços a uma empresa especializada permite que a administração municipal se concentre em suas atividades-fim, como a gestão de políticas públicas e a prestação de serviços essenciais à população. A terceirização dessa atividade técnica libera recursos humanos e financeiros para outras áreas prioritárias, promovendo uma gestão mais eficaz.

Por fim, empresas especializadas podem adaptar seus serviços às necessidades específicas da população local, considerando fatores geológicos e hidrológicos da região. Isso garante que os poços sejam perfurados nos locais mais adequados e com maior probabilidade de sucesso na captação de água.

Portanto, a contratação de uma empresa para a execução dos serviços de perfuração de poços no município de Patos do Piauí é uma medida estratégica que visa assegurar a eficiência, a qualidade e a sustentabilidade no acesso à água. Esta ação contribui para a melhoria da qualidade de vida da população, promovendo a saúde pública e o desenvolvimento econômico local, ao mesmo tempo em que garante a gestão responsável dos recursos hídricos.

3. DA MODALIDADE:

Por tratar-se de objeto comum e o valor a ser contratado não excede nenhum tipo de limite legal, adotamos a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, que se torna mais aplicável ao presente caso, pelos requisitos necessários à contratação, de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS E QUANTITATIVOS:

LOTE I - PERFURAÇÃO DE POÇOS TUBULARES					
ITENS	DESCRIÇÃO	UND.	QNTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	TRANSPORTE DE PERFURATRIZ/FERRAMENTADA	UND	7	R\$ 1.362,73	R\$ 9.539,09
2	TRANSPORTE DE COMPRESSOR	UND	7	R\$ 1.362,73	R\$ 9.539,09
3	TRANSPORTE DE REVESTIMENTO/FILTRO	UND	7	R\$ 1.362,73	R\$ 9.539,09
4	INSTALAÇÃO DA PERFURATRIZ	UND	7	R\$ 340,70	R\$ 2.384,90

5	INSTALAÇÃO DO COMPRESSOR	UND	7	R\$ 227,37	R\$ 1.591,57
6	PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR EM 8 ½" (0,00 a 200) MT	UND	7	R\$ 24.960,00	R\$ 174.720,00
7	REVESTIMENTO REFORÇADO DE 4 ½" (0,00 a 148) MT	UND	7	R\$ 24.011,52	R\$ 168.080,64
8	FILTRO REFORÇADO DE 4 ½" (148 A 200) MT	UND	7	R\$ 9.695,50	R\$ 67.868,50
9	CENTRALIZADOR DE 8 ½"	UND	7	R\$ 908,63	R\$ 6.360,43
10	CASCALHO (PRÉ-FILTRO)	UND	35	R\$ 1.022,12	R\$ 35.774,08
11	COMPLEMENTAÇÃO	UND	7	R\$ 5.678,40	R\$ 39.748,80
12	DESENVOLVIMENTO DO PISTON	UND	7	R\$ 908,55	R\$ 6.359,85
13	DESENVOLVIMENTO COM COMPRESSOR	UND	7	R\$ 4.088,45	R\$ 28.619,15
14	CIMENTAÇÃO	UND	7	R\$ 908,45	R\$ 6.359,15
15	TESTE DE VAZÃO COM DURAÇÃO DE 24H	UND	7	R\$ 4.680,00	R\$ 32.760,00
16	SAPATA DE PRETEÇÃO	UND	7	R\$ 397,49	R\$ 2.782,45
17	TAMPA P/ POÇO	UND	7	R\$ 68,11	R\$ 476,75
VALOR TOTAL					R\$ 602.503,53

LOTE II - FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA POÇOS TUBULARES					
ITENS	DESCRIÇÃO	UND.	QNTD	MÉDIA	VALOR TOTAL
1	ROL NJ309C3 M80-M93 LD ENGR AGO	UND	1	R\$ 486,15	R\$ 486,15
2	ROL NUP309C3 VOL M80M93 AGO	UND	1	R\$ 599,82	R\$ 599,82
3	RETENTOR LD MANIV 85X70X8 M80/93	UND	4	R\$ 112,22	R\$ 448,87
4	PARAF SEX M73 A M-790 AGO	UND	4	R\$ 7,80	R\$ 31,20
5	PARAF. SEX I M10X30 912 10.9	UND	2	R\$ 8,22	R\$ 16,43
6	PARAF SEX M8X40 933.8.8 ZNAM	UND	4	R\$ 7,53	R\$ 30,13
7	PARAFUSO PRIS M80/85/790	UND	2	R\$ 13,32	R\$ 26,63
8	PORCA SEX M6 934 ZNAM	UND	2	R\$ 4,17	R\$ 8,33
9	PC SEX M12 934 8 ZN AGO	UND	4	R\$ 6,75	R\$ 27,00
10	ARR PRESS 3/8 M73 A M790	UND	2	R\$ 3,48	R\$ 6,97
11	PORCA A.FRENO M73 A M93	UND	2	R\$ 8,22	R\$ 16,43
12	ANEIS PISTAO 0,25 M-80	UND	2	R\$ 247,90	R\$ 495,80
13	PISTAO 80,19MM 0,25 M80	UND	2	R\$ 646,20	R\$ 1.292,40
14	VALVULA ADM M80/85	UND	1	R\$ 122,50	R\$ 122,50
15	VALVULA ESC M80/85	UND	1	R\$ 132,33	R\$ 132,33
16	JUNDTA CABECOTE 0,9MM M80	UND	2	R\$ 125,20	R\$ 250,40
17	BOMBA INJ M-80/85, CJ	UND	1	R\$ 1.547,33	R\$ 1.547,33

18	PORTA INJETOR (CJ) M-80/85	UND	2	R\$ 930,90	R\$ 1.861,80
19	TUBUL BOMBABICO	UND	3	R\$ 119,75	R\$ 359,25
20	BICO INJ. M80/85 TR5	UND	2	R\$ 347,47	R\$ 694,93
21	KIT CILINDRO PISTAO ANEIS M- 80	UND	1	R\$ 2.631,88	R\$ 2.631,88
22	KIT CILINDRO PISTAO E ANEIS M85 PRL	UND	1	R\$ 2.034,65	R\$ 2.034,65
23	JUNDTAS JG M 85	JG	1	R\$ 669,55	R\$ 669,55
24	BIELA M80/85/90, CJ	UND	1	R\$ 1.827,18	R\$ 1.827,18
25	VARETA VALV M80-M93	UND	2	R\$ 214,23	R\$ 428,47
26	GUIA VAL. M80 A M93	UND	4	R\$ 42,23	R\$ 168,93
27	TAMPAGUIA VALV M80M93	UND	4	R\$ 55,02	R\$ 220,07
28	PF REG. BALANCIM	UND	2	R\$ 92,10	R\$ 184,20
29	PORCA SEXTVADA	UND	2	R\$ 26,93	R\$ 53,87
30	PARAF REG. BALANCIM ESC.	UND	2	R\$ 34,42	R\$ 68,83
31	JUNDTA CABEC. 0,9MM M 90/93	UND	6	R\$ 146,82	R\$ 880,90
32	CABECOTE CIL COMP M90	UND	1	R\$ 2.563,80	R\$ 2.563,80
33	JUNDTA AJUSTE0 0,30 INJ BBA	UND	3	R\$ 45,63	R\$ 136,90
34	ELEMENTO FILTRO COMBUSTI	UND	2	R\$ 107,32	R\$ 214,63
35	PERFIL PROT SUP TANQUE	UND	4	R\$ 58,23	R\$ 232,93
36	PERFIL PROT SUP TANQUE	UND	4	R\$ 48,22	R\$ 192,87
37	CJ VALV SANGR AUTOM M80/93.	UND	1	R\$ 819,75	R\$ 819,75
38	CASQ BIELA STD M80A90	UND	4	R\$ 296,97	R\$ 1.187,87
39	ANEIS PISTAO STD M-93/790	UND	2	R\$ 207,03	R\$ 414,07
40	ANEIS PISTAO 0,25 M93/790	UND	1	R\$ 243,47	R\$ 243,47
41	BICO INJ. M90ID/93/790	UND	2	R\$ 368,50	R\$ 737,00
42	CASQ BIELA STD M93/95W/790/90ID	UND	2	R\$ 218,65	R\$ 437,30
43	CASQ BIELA 0,25 M93/790/90ID	UND	2	R\$ 295,47	R\$ 590,93
44	RETENTOR VOL. 70X55X8	UND	1	R\$ 71,55	R\$ 71,55
45	ACOPLAMENT ANTIGO 4R1/84R1/8PBL	UND	4	R\$ 351,03	R\$ 1.404,13
46	ACOPLAMENT NOVO 4R1/5IA 23.3X45MM	UND	4	R\$ 351,03	R\$ 1.404,13
47	ANEL VED 300/350 1/310CV 4 BL	UND	3	R\$ 32,25	R\$ 96,75
48	BUCHA GUIA BORR.30X15 4R BL	UND	5	R\$ 41,02	R\$ 205,08
49	BUCHA GRAF.330/350/360 50X33X21MM	UND	2	R\$ 214,85	R\$ 429,70
50	BUCHA GRAF SUP/INF 500/610 42X28.3MM	UND	6	R\$ 177,17	R\$ 1.063,00
51	BUCHA GRAF MT610/710 49X31X35MM	UND	6	R\$ 165,03	R\$ 990,20
52	KIT RETENTOR 610/710 (2PCS) 38X27MM	UND	3	R\$ 106,43	R\$ 319,30
53	RETENTOR MT300/350 BL G-79/05 28X19MM	UND	3	R\$ 97,25	R\$ 291,75
54	KIT MANCAL AXIAL 360	UND	2	R\$ 359,15	R\$ 718,30
55	KIT EIXO BOMBEADOR 4R3/4 BL	UND	1	R\$ 522,43	R\$ 522,43

56	BUCHA DESG BZE 4R/ BL18X28	UND	5	R\$ 57,20	R\$ 286,00
57	BUCHA GUIA INOX 30X15MM	UND	4	R\$ 47,25	R\$ 189,00
58	BUCHA DESG. BOMBEA. 6 25X55MM	UND	1	R\$ 187,78	R\$ 187,78
59	BUCHA DESG BRZ BL 18X17MM	UND	12	R\$ 52,30	R\$ 627,60
60	KIT ROTOR DIFUSOR 4R5 IAPA	UND	70	R\$ 69,58	R\$ 4.870,83
61	KIT ROTOR DIFUSOR 4R8 PB	UND	70	R\$ 84,08	R\$ 5.885,83
62	KIT ROTOR DIFUSOR 4R1 IAPA	UND	40	R\$ 48,78	R\$ 1.951,33
63	KIT ROTOR DIFUSOR 4R3 IAPA	UND	45	R\$ 58,13	R\$ 2.616,00
64	KIT ROTOR DIFUSOR 4R4 IAPA	UND	100	R\$ 63,90	R\$ 6.390,00
65	ROTOR BOMBE. R11	UND	8	R\$ 134,15	R\$ 1.073,20
66	ROTOR BOMBE. R20	UND	5	R\$ 141,07	R\$ 705,33
67	ROTOR BOMBE. R28	UND	5	R\$ 141,28	R\$ 706,42
68	PASTILHA DE APOIO 710 JG	JG	3	R\$ 892,83	R\$ 2.678,50
69	PASTILHA APOIO COMPL S-350	JG	7	R\$ 233,17	R\$ 1.632,17
70	PASTILHA (JG) 500/610 TEMP	JG	2	R\$ 663,37	R\$ 1.326,73
71	DISCO ENCOSTO COMPL S350	UND	2	R\$ 674,70	R\$ 1.349,40
72	KIT MANCAL ESC/ENCOSTO 350	UND	3	R\$ 755,62	R\$ 2.266,85
73	KIT MANCAL ESCORA MT610	UND	2	R\$ 1.183,62	R\$ 2.367,23
74	KIT MANCAL SUPERIOR 4R3/5	UND	2	R\$ 90,95	R\$ 181,90
75	CONECTOR P/CABO MT 230	UND	12	R\$ 112,42	R\$ 1.349,00
76	CABO CONECTOR MT 1.5MM 1.7M	UND	10	R\$ 297,53	R\$ 2.975,33
77	ADAPT SD B. R. P/REG 32X1	UND	50	R\$ 6,85	R\$ 342,50
78	ADAPT SD B. R. P/REG. 75X2.1/2	UND	10	R\$ 90,68	R\$ 906,83
79	ADESIVO PVC FRASCO-POTE 175G	FR	35	R\$ 51,63	R\$ 1.807,17
80	BOMBEADOR 4R1IA 12	UND	2	R\$ 1.641,12	R\$ 3.282,23
81	BOMBEADOR 4R1IA 17	UND	3	R\$ 1.892,70	R\$ 5.678,10
82	BOMBEADOR 4R1IA 21	UND	2	R\$ 2.552,57	R\$ 5.105,13
83	BOMBEADOR 4R3IA 09	UND	2	R\$ 1.644,92	R\$ 3.289,83
84	BOMBEADOR 4R3IA 19	UND	1	R\$ 2.239,65	R\$ 2.239,65
85	BOMBEADOR 4R3IA 21	UND	2	R\$ 2.838,12	R\$ 5.676,23
86	BOMBEADOR 4R3IA 27	UND	1	R\$ 3.200,22	R\$ 3.200,22
87	BOMBEADOR 4R3IA 31	UND	2	R\$ 3.442,40	R\$ 6.884,80
88	BOMBEADOR 4R4IA 25	UND	2	R\$ 3.017,35	R\$ 6.034,70
89	BOMBEADOR 4R5IA 10	UND	2	R\$ 1.766,92	R\$ 3.533,83
90	BOMBEADOR 4R5IA 20	UND	1	R\$ 3.501,58	R\$ 3.501,58
91	BOMBEADOR 4R8PB 06	UND	2	R\$ 2.652,93	R\$ 5.305,87
92	BOMBEADOR 4R8PB 12	UND	4	R\$ 3.281,40	R\$ 13.125,60
93	BOMBEADOR R20A 13 13,0HP	UND	2	R\$ 7.525,57	R\$ 15.051,13
94	BOMBEADOR R28A 04 8,0HP	UND	2	R\$ 4.162,77	R\$ 8.325,53

95	BOMBEADOR VBUP 43 35E 5.0CV 4	UND	8	R\$ 5.860,40	R\$ 46.883,20
96	BOMBEADOR VBUP 44 28E 5.5CV 4	UND	4	R\$ 5.454,13	R\$ 21.816,53
97	BOTAO DUPLO CSWBD PAST.10A G35/06	UND	5	R\$ 149,92	R\$ 749,58
98	BT22.11340 RET. OLEO P/ VALV NS 90/11 G117/06	UND	8	R\$ 57,40	R\$ 459,20
99	BUCHA RED FG 1.1/2X1.1/4	UND	4	R\$ 68,80	R\$ 275,20
100	BUCHA RED FG 2 X1.1/2	UND	2	R\$ 90,07	R\$ 180,13
101	CABO PP 2 X 2,5 MM	MT	100	R\$ 11,65	R\$ 1.165,00
102	CABO PP 2 X 4,0MM	MT	100	R\$ 16,95	R\$ 1.695,00
103	CABO PP 3 X 2,5 MM	MT	150	R\$ 16,73	R\$ 2.510,00
104	CABO PP 3 X 4,0 MM	MT	200	R\$ 22,67	R\$ 4.533,33
105	CABO PP 3 X 6,0 MM	MT	300	R\$ 34,42	R\$ 10.325,00
106	CABO PP 3 X 10,0 MM	MT	50	R\$ 49,30	R\$ 2.465,00
107	CAIXA PAINEL LUKBOX PML403020	UND	4	R\$ 518,40	R\$ 2.073,60
108	CAP SD 60MM	UND	4	R\$ 31,88	R\$ 127,53
109	CAPACITOR P/MOTOR 216/259UF 220V	UND	4	R\$ 87,50	R\$ 350,00
110	CAPACITOR P/MOTOR 270/324UF 250V	UND	2	R\$ 127,57	R\$ 255,13
111	CAPACITOR PERMANENTE 20UF 400V	UND	2	R\$ 57,87	R\$ 115,73
112	CAPACITOR PERMANENTE 25UF 400V	UND	15	R\$ 62,30	R\$ 934,50
113	CAPACITOR PERMANENTE 30UF 400V	UND	4	R\$ 70,57	R\$ 282,27
114	CAPACITOR PERMANENTE 50UF 400V	UND	12	R\$ 91,27	R\$ 1.095,20
115	CHAVE PART PDW 1.01,5CV 380V 1,8 2,8A	UND	4	R\$ 370,33	R\$ 1.481,33
116	CHAVE PART PDW 2.0CV 380V 2,8 4A	UND	3	R\$ 377,98	R\$ 1.133,95
117	CHAVE PART PDW 3.0CV 380V 4 6,3A	UND	3	R\$ 411,27	R\$ 1.233,80
118	CHAVE PART PDW 5,0CV 380V 7 10A	UND	4	R\$ 451,87	R\$ 1.807,47
119	CHAVE PART PDW 7.5CV 380V 10 15A	UND	6	R\$ 466,03	R\$ 2.796,20
120	CHAVE PART PDW 12,5CV 380V 15 23A	UND	5	R\$ 573,83	R\$ 2.869,17
121	CONTATOR 3TS31 12A BOBINA 220VCA/60HZ 1NA	UND	5	R\$ 205,57	R\$ 1.027,83
122	CONTATOR CWM 9.10 220V 30V26 60HZ	UND	3	R\$ 313,25	R\$ 939,75
123	CONTATOR CWM12.10 220V 30V26 60HZ	UND	8	R\$ 335,18	R\$ 2.681,47
124	CONTATOR CWM12.10 380V 30V41 60HZ	UND	6	R\$ 335,18	R\$ 2.011,10
125	CONTATOR CWM18.10 220V 30V26 60HZ	UND	2	R\$ 353,60	R\$ 707,20
126	CONTATOR CWM25.10 220V 30V26 60HZ	UND	6	R\$ 448,90	R\$ 2.693,40
127	CONTATOR CWM32.10 220V 30V26 60HZ	UND	4	R\$ 716,38	R\$ 2.865,53
128	CORREIA B 60	UND	2	R\$ 58,18	R\$ 116,37
129	CORREIA B 62	UND	2	R\$ 139,77	R\$ 279,53
130	CORREIA B 63	UND	2	R\$ 57,83	R\$ 115,67
131	CORREIA B 65	UND	2	R\$ 68,03	R\$ 136,07
132	CORREIA B 68	UND	4	R\$ 79,55	R\$ 318,20

133	CORREIA B 74	UND	2	R\$ 83,72	R\$ 167,43
134	CORREIA B124	UND	2	R\$ 100,78	R\$ 201,57
135	COTOVELO 90 FG 1.1/2	UND	1	R\$ 53,25	R\$ 53,25
136	CURVA M/F 90 FG 1	UND	2	R\$ 79,72	R\$ 159,43
137	CURVA M/F 90 FG 1.1/2	UND	8	R\$ 141,68	R\$ 1.133,47
138	CURVA M/F 90 FG 1.1/4	UND	6	R\$ 128,75	R\$ 772,50
139	DIODO P/GERADOR KOHLBACH SKR 26/08	UND	3	R\$ 138,98	R\$ 416,95
140	ESCOVA CARVAO P/GERADOR 30X10X10 EL-123	UND	2	R\$ 45,97	R\$ 91,93
141	FILTRO COMBUSTIVEL (CROSS) GU86	UND	7	R\$ 21,28	R\$ 148,98
142	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 0.70MM	KG	7	R\$ 351,87	R\$ 2.463,07
143	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 0.90MM	KG	6	R\$ 351,87	R\$ 2.111,20
144	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 1.00MM	KG	7	R\$ 351,87	R\$ 2.463,07
145	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 1.10MM	KG	10	R\$ 351,87	R\$ 3.518,67
146	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 1.20MM	KG	12	R\$ 351,87	R\$ 4.222,40
147	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 1.50MM	KG	7	R\$ 351,87	R\$ 2.463,07
148	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 1.60MM	KG	5	R\$ 351,87	R\$ 1.759,33
149	FITA AUTOFUSAO 19MMX10M	UND	15	R\$ 74,57	R\$ 1.118,50
150	FITA ISOLANTE ANTI-CHAMA 19MM X 20M	UND	30	R\$ 35,37	R\$ 1.061,00
151	FITA VEDAROSCA 18MMX50M	UND	6	R\$ 45,87	R\$ 275,20
152	JOELHO 90 SD 25MM	UND	15	R\$ 4,22	R\$ 63,25
153	JUND'TAS JG NS 11	JG	2	R\$ 305,60	R\$ 611,20
154	LN8X8Z PORCA	UND	2	R\$ 8,43	R\$ 16,87
155	LUA FG 1.1/2	UND	70	R\$ 41,70	R\$ 2.919,00
156	LUA FG 1.1/4	UND	80	R\$ 33,07	R\$ 2.645,33
157	MANCAL BIELA NS 11 0,75	JG	2	R\$ 133,13	R\$ 266,27
158	MANCAL P/ ROLAMENTO SN505 3/4	UND	4	R\$ 294,58	R\$ 1.178,33
159	MANGUEIRA CRISTAL 1/4X 2MM	MT	25	R\$ 13,12	R\$ 327,92
160	MANGUEIRA CRISTAL 3/16"X 2,0MM	MT	20	R\$ 19,85	R\$ 397,00
161	MANGUEIRA POLIET 1/2 X 1,0MM	MT	200	R\$ 3,17	R\$ 633,33
162	MANGUEIRA POLIET 3/4 X 1.5MM	MT	1300	R\$ 5,10	R\$ 6.630,00
163	MINIDISJUNDTOR TERMOMAG MDWC 1P 25A	UND	2	R\$ 31,88	R\$ 63,77
164	MINIDISJUNDTOR TERMOMAG MDWC 2P 25A	UND	2	R\$ 116,97	R\$ 233,93
165	MINIDISJUNDTOR TERMOMAG MDWC 2P 32A	UND	4	R\$ 116,97	R\$ 467,87
166	MOTOR 230/ 0,5CV/220MO 4	UND	2	R\$ 2.135,85	R\$ 4.271,70
167	MOTOR 230/ 0,7CV/220MO 4	UND	2	R\$ 2.306,10	R\$ 4.612,20

168	MOTOR 230/0,7CV/380V 4	UND	2	R\$ 1.936,48	R\$ 3.872,97
169	MOTOR 230/1,5CV/220MO 4	UND	10	R\$ 3.310,85	R\$ 33.108,50
170	MOTOR 230/2,0CV/380V 4	UND	3	R\$ 3.583,53	R\$ 10.750,60
171	MOTOR 230/2.0CV/220MO 4	UND	6	R\$ 4.318,28	R\$ 25.909,70
172	MOTOR 230/3,0CV/220MO	UND	8	R\$ 5.058,82	R\$ 40.470,53
173	MOTOR 230/3,0CV/380V 4	UND	4	R\$ 1.653,20	R\$ 6.612,80
174	MOTOR 350/4,0CV/440MO 4	UND	1	R\$ 6.879,55	R\$ 6.879,55
175	MOTOR 350/5,0CV/440V 4	UND	1	R\$ 7.042,47	R\$ 7.042,47
176	MOTOR 500/4,5-5,0CV/220V 6	UND	1	R\$ 9.195,07	R\$ 9.195,07
177	MOTOR 500/4,5CV/380V 6	UND	1	R\$ 8.019,83	R\$ 8.019,83
178	NIPLE DUPLO FG 1.1/2	UND	4	R\$ 58,13	R\$ 232,53
179	ANEL BORRACHA 102.4X3.1	UND	4	R\$ 34,52	R\$ 138,07
180	JUNDTA CABECOTE	UND	1	R\$ 149,45	R\$ 149,45
181	RETENTOR VOL. 72X55X9	UND	7	R\$ 74,33	R\$ 520,33
182	ESPAÇADOR P/ROLAMENTO	UND	2	R\$ 26,57	R\$ 53,13
183	VALVULA ADM	UND	2	R\$ 160,27	R\$ 320,53
184	FILTRO DE AR (CJ) NS 18	UND	1	R\$ 853,20	R\$ 853,20
185	ELEMENTO MONTADO REP	UND	1	R\$ 365,77	R\$ 365,77
186	ELEMENTO MONTADO	UND	2	R\$ 225,47	R\$ 450,93
187	SILENCIADOR	UND	1	R\$ 596,77	R\$ 596,77
188	KITS COMPLETO C,	JG	3	R\$ 1.627,60	R\$ 4.882,80
189	JUNDTA JG YM	JG	6	R\$ 662,60	R\$ 3.975,60
190	VALVULA ESC D32.5XD8	UND	2	R\$ 156,47	R\$ 312,93
191	VIRABREQUIM COM PESO, CJ	UND	5	R\$ 3.143,67	R\$ 15.718,33
192	PISTAO C/PINO	UND	3	R\$ 747,40	R\$ 2.242,20
193	ANEIS C/MOLA , JG.	JG	4	R\$ 319,53	R\$ 1.278,13
194	BUCHA PINO PISTAO	UND	2	R\$ 123,85	R\$ 247,70
195	MANCAL DA BIELA STD BB.207	JG	5	R\$ 194,27	R\$ 971,33
196	MANCAL DA BIELA 0,25 BB. 207	JG	2	R\$ 133,93	R\$ 267,87
197	MANCAL DA BIELA 0,50 BB. 207	JG	2	R\$ 204,08	R\$ 408,17
198	BIELA CJ	UND	2	R\$ 1.511,85	R\$ 3.023,70
199	BOMBA OLEO LUBRIF	UND	4	R\$ 510,23	R\$ 2.040,93
200	ELEMENTO DO FILTRO NS11/18	UND	4	R\$ 193,50	R\$ 774,00
201	TUBO DE OLEO LUBRIF.	UND	2	R\$ 224,03	R\$ 448,07
202	TUBO OLEO LUBRIF CJ	UND	2	R\$ 229,40	R\$ 458,80
203	CILINDROELEMENTO B NSB95/12	UND	2	R\$ 399,18	R\$ 798,37
204	TUBO RETORNO COMB. CONJ	UND	2	R\$ 230,37	R\$ 460,73
205	GOVERNADOR CJ.	UND	1	R\$ 707,72	R\$ 707,72
206	BUCHA EIXO ALAV.	UND	2	R\$ 48,20	R\$ 96,40

207	RETENTOR 2314 BRG 40X28X8	UND	4	R\$ 63,55	R\$ 254,20
208	VOLANTE NSB/12	UND	2	R\$ 5.677,58	R\$ 11.355,17
209	VALVULA RECALQUE MONT.	UND	2	R\$ 445,48	R\$ 890,97
210	JUNDTA CABECOTE	UND	2	R\$ 107,32	R\$ 214,63
211	RETENTOR N-S-50/75	UND	2	R\$ 39,22	R\$ 78,43
212	PISTAO C/PINO	UND	1	R\$ 541,95	R\$ 541,95
213	ANEIS , JG.	JG	1	R\$ 196,35	R\$ 196,35
214	MANCAL DA BIELA STD BB.204	JG	1	R\$ 197,83	R\$ 197,83
215	ELEMENTO DO FILTRO NS-50/75	UND	2	R\$ 89,65	R\$ 179,30
216	CONEXAO C/ROSCA M8X19	UND	2	R\$ 47,05	R\$ 94,10
217	CONEXAO C/ROSCA M12X1.25X26	UND	1	R\$ 39,70	R\$ 39,70
218	REPARO DA BOMBA INJ.	UND	5	R\$ 58,60	R\$ 293,00
219	VALVULA RECAQUE (101300.51300)	UND	1	R\$ 162,00	R\$ 162,00
220	CORPO REGULADOR	UND	4	R\$ 122,67	R\$ 490,67
221	VALVULA AGULHA	UND	3	R\$ 92,77	R\$ 278,30
222	BICO INJETOR	UND	3	R\$ 325,82	R\$ 977,45
223	CALCO AJUSTE CONJ	UND	2	R\$ 37,98	R\$ 75,97
224	ELEMENTO DO FILTRO	UND	3	R\$ 34,22	R\$ 102,65
225	JUNDTA	UND	10	R\$ 6,98	R\$ 69,83
226	VALVULA ADM	UND	3	R\$ 139,47	R\$ 418,40
227	VALVULA ESC D27.5XD7	UND	2	R\$ 161,20	R\$ 322,40
228	PARAFUSO AJUSTADOR M8X30	UND	2	R\$ 110,30	R\$ 220,60
229	CHAVETA VOL. NS75/90/11 10X8X33	UND	8	R\$ 63,22	R\$ 505,73
230	MANCAL DA BIELA STD BB.205	UND	3	R\$ 176,93	R\$ 530,80
231	ELEMNTO BOMBA NS50/75/B8	UND	1	R\$ 350,60	R\$ 350,60
232	KITS COMPLETO C, YB	UND	1	R\$ 1.346,82	R\$ 1.346,82
233	ROLAMENTO NJ211EC3 100X55MM	UND	7	R\$ 593,82	R\$ 4.156,72
234	GUIA DA VALVULA NS90/11	UND	6	R\$ 65,52	R\$ 393,10
235	ELEMENTO B. NS90/11B9/10	UND	2	R\$ 370,37	R\$ 740,73
236	OLEO LUBRIFICANTE 15W 40 MD400 P/DIESEL	UND	14	R\$ 59,97	R\$ 839,53
237	PACU8 JUNDTA DE COBRE	UND	7	R\$ 6,97	R\$ 48,77
238	POLIA ME 90 X 1B	UND	1	R\$ 63,50	R\$ 63,50
239	PONTEIRA ESTRIADA 300025002 AISI30	UND	2	R\$ 394,18	R\$ 788,37
240	REG ESF IRRI AZUL ROSC. 1.1/2	UND	2	R\$ 47,38	R\$ 94,77
241	REG ESF SOLD PVC 50MM PREDIAL	UND	1	R\$ 37,60	R\$ 37,60
242	REG VALV ESF LATAO 1/2	UND	8	R\$ 51,45	R\$ 411,60
243	REG VALV ESF LATAO 1/4	UND	8	R\$ 37,60	R\$ 300,80
244	REG VALV ESF LATAO 3/4	UND	5	R\$ 89,60	R\$ 448,00

245	REG VALV ESF LATAO 1	UND	6	R\$ 121,15	R\$ 726,90
246	REG VALV ESF LATAO 1.1/2	UND	5	R\$ 294,52	R\$ 1.472,58
247	REG VALV ESF LATAO 2.1/2	UND	3	R\$ 1.018,47	R\$ 3.055,40
248	REG VALV ESF LATAO 3	UND	4	R\$ 1.400,52	R\$ 5.602,07
249	RELE FALTA DE FASE RPW 380V 50/60HZ	UND	30	R\$ 269,45	R\$ 8.083,50
250	RELE SOBR TERM RW27 1D3 11 17A	UND	5	R\$ 337,98	R\$ 1.689,92
251	RELE SOBR TERM RW27 1D3 15 23A 10CV	UND	4	R\$ 338,00	R\$ 1.352,00
252	RELE TEMPO RTW17A01U010SE40 220VAC	UND	15	R\$ 217,47	R\$ 3.262,00
253	ROLAMENTO 6203ZZC3 40X17MM	UND	2	R\$ 87,53	R\$ 175,07
254	ROLAMENTO 6205ZZC3 52X25MM	UND	2	R\$ 105,40	R\$ 210,80
255	ROLAMENTO 6206ZZC3 62X30MM	UND	2	R\$ 130,35	R\$ 260,70
256	ROLAMENTO 6305ZZC3 62X25MM	UND	1	R\$ 177,10	R\$ 177,10
257	ROLAMENTO 6307ZZC3 80X35MM	UND	2	R\$ 179,15	R\$ 358,30
258	ROLAMENTO 6311ZZC3 120X55MM	UND	7	R\$ 395,60	R\$ 2.769,20
259	SELO MECANICO T01 M LONGA 1.1/4	UND	2	R\$ 180,60	R\$ 361,20
260	SELO MECANICO T01 M LONGA 3/4	UND	2	R\$ 192,87	R\$ 385,73
261	TARRAXA METAL P/ PVC 1.1/2 QUOT.	UND	4	R\$ 168,13	R\$ 672,53
262	TE FG 1.1/2	UND	5	R\$ 67,75	R\$ 338,75
263	TE IR LF BSR 50 X 1	UND	15	R\$ 20,47	R\$ 307,00
264	TUBO EDUTOR GEOT DN32X 4M 1 1/4	TB	60	R\$ 81,63	R\$ 4.898,00
265	TUBO EDUTOR GEOT DN40X 4 M 1 1/2	TB	50	R\$ 141,00	R\$ 7.050,00
266	TUBO EDUTOR GEOT DN50 X 4M 2	TB	30	R\$ 208,63	R\$ 6.259,00
267	TUBO FGALV 1.1/4 X 6MX14,4KG PERFIL	TB	20	R\$ 406,65	R\$ 8.133,00
268	TUBO FGALV 2 X 6MX24,02KG PERFIL	TB	10	R\$ 679,47	R\$ 6.794,67
269	TUBO FLEX MANGUEIRA SUCCAO 2 KML	MT	15	R\$ 47,00	R\$ 705,00
270	TUBO FLEX MANGUEIRA SUCCAO 3 KM	MT	10	R\$ 104,00	R\$ 1.040,00
271	TUBO IR LF PN40 PBL 50	TB	150	R\$ 85,83	R\$ 12.875,00
272	TUBO IR LF PN40 PBL 75	TB	45	R\$ 132,72	R\$ 5.972,25
273	TUBO PVC SD MARR 20MM	MT	210	R\$ 8,42	R\$ 1.767,50
274	TUBO PVC SD MARR 32MM	MT	120	R\$ 22,10	R\$ 2.652,00
275	TUBO PVC SD MARR 75MM	MT	36	R\$ 111,08	R\$ 3.999,00
276	UNDIAO FG ASSENTO PLANO 1.1/2	UND	4	R\$ 114,40	R\$ 457,60
277	UNDIAO PVC COM ROSCA 1.1/2	UND	2	R\$ 96,17	R\$ 192,33
278	UNDIAO PVC SD 50MM	UND	2	R\$ 78,10	R\$ 156,20
279	VALV RET HORIZ C/PORT 1.1/2	UND	7	R\$ 386,83	R\$ 2.707,83
280	VALV RET HORIZ C/PORT 1.1/4	UND	6	R\$ 343,68	R\$ 2.062,10
281	VALV RET HORIZ C/PORT 2.1/2	UND	5	R\$ 881,30	R\$ 4.406,50
282	VALV RET HORIZ C/PORT 4	UND	4	R\$ 1.891,45	R\$ 7.565,80

283	VENTILADOR 112 5HP2P 220V/7,5HP2P380V 28MM	UND	2	R\$ 68,03	R\$ 136,07
284	VOLTIMETRO BO-65 0-500V 18010 REDONDO	UNDD	2	R\$ 189,20	R\$ 378,40
VALOR TOTAL					R\$ 675.899,52

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por contas das seguintes fontes de recursos: FPM / ICMS / RECURSOS PRÓPRIOS / EMENDA FEDERAL DE CUSTEIO

6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos do inciso XIII, art. 6º da Lei n.º 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

7. DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA / PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1. O prazo de início da prestação dos serviços é de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da Ordem de serviços.

7.2. O local de prestação de serviços ou entrega dos produtos será definido pela administração municipal na ordem de serviços ou ordem de fornecimento.

7.3. Os serviços deverão serem executados de forma presencial, no local indicado pela administração municipal.

8. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

8.1. O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses, prorrogável na forma do art. 107, da Lei nº 14.133/2021.

8.2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, conforme art. 105, da Lei n.º 14.133/2021.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

9.1.1. Verificar a prestação do serviço ou fornecimento do produto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços ou produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.4. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto ou prestação dos serviços, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

9.1.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.1.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.1.7. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços/produtos, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.1.8. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços/fornecimento, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.1.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.1.10. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.1.10.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.1.10.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.1.10.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

9.1.10.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.1.11. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços/fornecimento objeto do contrato;

9.1.12. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.1.13. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.1.14. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

9.1.1. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações,

prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

10.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.5. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade fiscal, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até 24 (vinte e quatro) horas contadas da solicitação, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.1.7. A empresa deverá disponibilizar um funcionário e dispor de número telefônico e e-mail, para contato imediato da CONTRATANTE;

10.1.8. É de responsabilidade da CONTRATADA os equipamentos que serão utilizados durante a prestação/fornecimento do objeto da licitação;

10.1.9. Os preços cotados incluem todas as despesas de custo, seguro, frete, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas ou de qualquer outra natureza;

10.1.10. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.1.11. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Município ou à entidade Municipal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.13. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.14. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10.1.15. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.1.16. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.1.17. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.1.18. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.19. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.1.20. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi- los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

10.1.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.1.22. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

10.1.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.24. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

10.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

10.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou

municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.1.28. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência.

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;
V = Valor contratual a ser reajustado;
I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;
I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

12.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.1.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.1.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.1.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de

qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.1.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução do contrato.

14. DA GARANTIA CONTRATUAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. Não serão solicitadas garantias de contrato para execução deste serviço.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços/produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

15.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

15.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tem

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO 059/2024
PROCEDIMENTO 034/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2024
CONTRATO Nº ____/2024

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PATOS DO PIAUÍ - PI**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro na cidade de Patos do Piauí, situada à Rua Joaquim Vicente de Santana, S/N ,Centro, CEP 64.580-000, CNPJ (MF) Nº 41.522.285/0001-08 neste ato representada por seu Prefeito Municipal, **JOAQUIM LOPES DOS REIS NETO**, residente e domiciliado nesta cidade, doravante chamado abreviadamente **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa _____, com sede e foro na cidade de _____, Estado do _____, estabelecida na _____, nº _____, Centro, CEP _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, inscrição estadual sob o nº _____, doravante chamada abreviadamente **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DO PIAUÍ - PI, do Pregão Eletrônico nº 034/2024, conforme despacho exarado no Processo Administrativo nº 059/2024 e o que mais consta do citado Processo Administrativo que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Lei nº 14.133/2021, com as alterações nela introduzidas até a presente data, as quais submetem as partes para todos os efeitos, têm justo e acordado celebrar o presente Contrato, regendo-se a contratação pelo fixado nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção de patrimônio para a Prefeitura Municipal de Patos do Piauí-PI, conforme anexo I, em decorrência do êxito alcançado pela Contratada no processo licitatório nº 059/2024, Procedimento nº 034/2024, sob a modalidade Pregão Eletrônico.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Integram e complementam o presente Contrato, independentemente de transcrição o processo licitatório nº 059/2024, Procedimento nº 034/2024, sob a modalidade Pregão Eletrônico e a proposta da Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Todas as despesas decorrentes da prestação de serviço correrão por conta dos recursos provindos do FPM / ICMS / RECURSOS PRÓPRIOS / EMENDA FEDERAL DE CUSTEIO.

CLÁUSULA QUARTA:

A **CONTRATADA**, se obrigará a prestar serviços de acordo com sua proposta, de forma a atender as exigências da **CONTRATANTE**.

§ 1º - Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie e demais despesas que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento objeto deste contrato;

§ 2º - Solicitar, por escrito à **CONTRATANTE**, mediante prévia justificativa, eventuais prorrogações do prazo contratual;

CLÁUSULA QUINTA:

A prestação de serviço será mediante termo de requisição do setor competente da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA:

A **CONTRATADA** é responsável por todos os encargos sociais, trabalhistas e sindicais decorrentes do pessoal que empregar, bem como os outros relacionados a prestação de serviços que contratar, inclusive perante terceiros, a quem responderá diretamente.

CLÁUSULA SÉTIMA:

A **CONTRATADA** será a responsável pela condução de todos os trabalhos mencionados neste Contrato e na Proposta, cabendo-lhe manter os entendimentos necessários com a **CONTRATANTE**, no decorrer do serviço prestado.

CLÁUSULA OITAVA:

O valor contratado é de R\$ _____ (_____), que será pago mediante a prestação de serviço, além do encaminhamento da nota fiscal e recibos para a tesouraria da Prefeitura Municipal de Patos do Piauí - PI.

CLÁUSULA NONA:

A critério exclusivo da **CONTRATANTE** ou por mútuo acordo, o presente Contrato poderá a qualquer tempo ser rescindido, no todo ou em parte, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, cabendo à **CONTRATADA**, receber o que lhe for devido até a data da rescisão ou, ainda, se a **CONTRATADA**:

- a) Deixar de cumprir os prazos estipulados no Edital;
- b) Ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem a prévia autorização da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA:

No decorrer do prazo contratual não serão levados em consideração comunicações verbais. Todas as comunicações que envolvam a execução deste contrato, de cada parte à outra, serão consideradas como suficientes se feitas por escrito e entregues sob protocolo ou qualquer outro meio que comprove o recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

O presente Contrato terá início na data de sua homologação, e vigorará pelo prazo de um ano, em conformidade com os interesses da **CONTRATANTE**, podendo ser prorrogado pelo interesse das partes até o período limite do inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

As partes elegem de pleno e comum acordo, o foro da cidade de Jaicós - PI, para dirimir dúvidas ou resolver questões oriundas do presente contrato, desde que não seja possível resolvê-las prévia e amigavelmente.

E, para firmeza e validade de tudo o que ficou dito e aqui estipulado, lavrou-se o presente instrumento, em 02 (duas) vias, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Patos do Piauí (PI), ____ de _____ de ____.

JOAQUIM LOPES DOS REIS NETO
Prefeito Municipal



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DO PIAUÍ
CNPJ: 41.522.285/0001-08
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
cplpatospi@gmail.com

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____